

2022



PPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO • UNIRIO

REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Law and Public Policy Review

ISSN 2675-1143

Volume 4, n. 2
Julho- Dezembro

Qualis B2



Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO)

 <http://seer.unirio.br/rdpp/index>

 rdpp@unirio.br

**REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**
LAW AND PUBLIC POLICY REVIEW

VOLUME N.º 4 – NÚMERO 2

ISSN 2675-1143

Editor-Chefe:

Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Vice Editor-Chefe:

Prof. Dr. Oswaldo Pereira de Lima Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro, 2022.



EDITORIAL

É com satisfação que anunciamos a mais recente edição da Revista Direito das Políticas Públicas, produzida pelo programa de mestrado em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Reconhecemos ser esta uma iniciativa de extrema importância e que reflete a crescente importância desse campo no meio acadêmico e jurídico contemporâneo.

As políticas públicas desempenham um papel crucial na orientação das ações estatais para promover o bem-estar social, a justiça e a igualdade. Portanto, uma revista focada no direito das políticas públicas proporciona um espaço dedicado à análise aprofundada e crítica dessas questões, considerando não apenas os aspectos legais, mas também os sociais, econômicos e políticos envolvidos.

A UNIRIO, reconhecida por sua excelência acadêmica, fortalece sua posição como um centro de pesquisa e conhecimento ao oferecer uma plataforma dedicada exclusivamente à análise do direito das políticas públicas. Isso contribui para a formação de profissionais mais capacitados e conscientes das complexidades e desafios associados à criação, implementação e avaliação de políticas que têm impacto direto na sociedade.

Através dos artigos científicos apresentados nesta edição, os autores e pesquisadores nacionais e estrangeiros têm a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas no Brasil. A divulgação de artigos, ensaios e estudos de caso enriquece o debate jurídico e estimula a reflexão crítica. Além disso, a revista se estabelece como uma fonte valiosa de conhecimento para profissionais do direito, gestores públicos e demais interessados na área.

A presente edição inicia com um artigo internacional de autoria da professora romena Marieta Safta, da Titu Maiorescu University, de Bucareste, que promove uma reflexão a respeito do papel desempenhado pelos tribunais constitucionais na manutenção da paz, sob o título: THE ROLE OF THE CONSTITUTIONAL COURTS IN MAINTAINING PEACE.

A seguir, sob o título: FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO – POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA SOB PERSPECTIVA JUDICIAL, a autora Andreia Alvarenga de Moura Meneses aborda como essa questão vem sendo judicializada junto aos Tribunais Superiores e as tendências jurisprudenciais quanto à matéria.

A temática da extrafiscalidade como incentivo ou não ao contrabando, a partir de uma reflexão crítico-analítica em torno dos aspectos econômicos vinculados às alíquotas de IPI sobre o mercado ilícito de cigarros, é a temática do terceiro artigo, intitulado: A POLÍTICA PÚBLICA DA EXTRAFISCALIDADE COMO (DES)INCENTIVO PARA O CONTRABANDO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DAS ALÍQUOTAS DO IPI SOBRE O MERCADO ILÍCITO DE CIGARRO, da autoria de Fillipe Azevedo Rodrigues, André Melo Gomes Pereira e Cínthya Simara Santos de Souza, da Universidade Federal do rio Grande do Norte (UFRN).

Os autores Francisco Ribeiro Lopes e Leonel Severo Rocha, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões, apresentam o estudo sob o título: A MEDIAÇÃO WARATIANA COMO POLÍTICA PÚBLICA EFICAZ NO ENFRENTAMENTO DO FENÔMENO DO SUPERENDIVIDAMENTO, em que resgatam a importância do pensamento waratiano relativo à importância do instrumento da mediação como política pública que, tendo em conta a vulnerabilidade do consumidor, pode se constituir como instrumento eficaz de enfrentamento ao superendividamento.

RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO POR OMISSÃO ADMINISTRATIVA: VIABILIDADE DA PROPOSITURA DA AÇÃO POPULAR CUMULADA COM DANOS MORAIS



COLETIVO, SOB UMA ÓTICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA é o título do ensaio produzido pela professora Arianne Brito Cal Athias e Emanuel Pinheiro Chaves, da Universidade da Amazônia, que apresenta, sob uma perspectiva neoconstitucional, como o princípio da dignidade humana pode vir a ser violado em decorrência de ato comissivo administrativo de agente público, no exercício de suas funções.

Loriene Dourado, professora do Centro de Educação Superior, em Campina Grande (PB) e Maria Marli Castelo Branco de Melo, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres do município de Campina Grande abordam a importância de políticas públicas para pessoas com deficiência (PCD) vocacionadas para a efetivação e o resgate da dignidade humana, tendo em conta novos paradigmas orientados para a garantia da autonomia das PCDs. O trabalho intitula-se: NOVOS PARADIGMAS PARA A AUTONOMIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A preocupação com políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes vítimas de abandono afetivo está presente no trabalho apresentado pela professora Acácia Lélis, da Universidade Tiradentes, de Aracaju (SE) intitulado A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO: A NECESSIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, que analisa a questão à luz da normativa existente e das propostas legislativas em tramitação.

NA INTERSECÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA: PROMOVEDO OS DIREITOS E A INCLUSÃO DE MULHERES REFUGIADAS POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS é o título do ensaio de autoria do professor Oswaldo Pereira de Lima Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em coautoria com Luana Cristina da Silva Dantas, que se propõe a investigar, pela utilização de uma abordagem interseccional, a importância das políticas públicas na construção ou reconstrução da cidadania das refugiadas em nosso país.

Francisco da Silva Mariz e Carlos Francisco do Nascimento, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Caicó (RN), são os autores do estudo intitulado: IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TRABALHO INTELECTUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR EM FACE DA AUTOMAÇÃO que se destaca tanto pela atualidade da temática quanto pelas reflexões que os autores promovem sobre o assunto, ainda tão carente de contribuições da Academia.

Para finalizar essa edição, não menos relevante a contribuição do professor Ivan César Ribeiro, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) em seu artigo cujo título, CAUSALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, aponta para a necessidade de se refletir analítica e criticamente a respeito das relações causais atinentes às políticas públicas e seus resultados, bem como no que diz respeito aos mecanismos subjacentes, encarados como modelos geradores dessas políticas e seus impactos decorrentes.

A análise dos artigos e ensaios apresentados evidencia claramente que a existência de um periódico sobre direito das políticas públicas no programa de mestrado em Direito da UNIRIO não apenas enriquece a qualidade da pesquisa e do debate acadêmico, mas também exerce um impacto positivo no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, com olhares que extrapolam nossas fronteiras. Isso promove uma abordagem mais informada, justa e eficaz para lidar com as questões sociais e legais contemporâneas.

Boa leitura!

